

CADERNO DE QUESTÕES



HOSPITAL DE
CLÍNICAS
PORTO ALEGRE RS

EDITAL N° 07/2023

DE PROCESSOS SELETIVOS (PS)

Cargo de Nível Superior

PS 42 - ADVOGADO I
(Trabalhista)

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Conhecimentos Específicos	01 a 40	0,25 cada

ATENÇÃO

Transcreva no espaço apropriado da sua FOLHA DE RESPOSTAS (Folha Óptica), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Não há amargo mais doce que o do chimarrão.

Nome do Candidato: _____

Inscrição n°: _____

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS E DO HCPA.





EDITAL Nº 07/2023 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 42

ADVOGADO I (Trabalhista)

01.	C	11.	C	21.	ANULADA	31.	D
02.	B	12.	E	22.	C	32.	E
03.	A	13.	C	23.	C	33.	D
04.	B	14.	E	24.	E	34.	A
05.	C	15.	B	25.	C	35.	B
06.	D	16.	D	26.	D	36.	B
07.	E	17.	B	27.	C	37.	C
08.	C	18.	C	28.	C	38.	A
09.	E	19.	E	29.	B	39.	C
10.	A	20.	C	30.	ANULADA	40.	A

INSTRUÇÕES

- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **40** (quarenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 O candidato que comparecer para realizar a prova **não deverá, sob pena de ser excluído do certame**, portar armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, telefones celulares, *pen drives* ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos/próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, **exceto em situações autorizadas pela Comissão do Concurso e/ou determinadas em lei. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.** (conforme subitem 7.10 do Edital de Abertura)
- 6 **É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova munido de caneta esferográfica, preferencialmente de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua Prova Escrita. Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, réguas, lapiseiras/grafites e/ou borrachas durante a realização da prova.** (conforme subitem 7.15.2 do Edital de Abertura)
- 7 Não será permitida nenhuma espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos, exceto nos casos em que forem pré-estabelecidos no item 13 do Edital. (conforme subitem 7.15.3 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **41** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 10 A duração da prova é de **três horas (3h)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 11 **O candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora (1h) após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora e meia (1h30min) após o início. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de prova.**
- 12 **Após concluir a prova e se retirar da sala, o candidato somente poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de prova se for autorizado pela Coordenação do Prédio e se estiver acompanhado de um fiscal.** (conforme subitem 7.15.6 do Edital de Abertura)
- 13 Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver, obrigatoriamente, ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Processo Seletivo. (conforme subitem 7.15.8 do Edital de Abertura)
- 14 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

01. A respeito dos princípios que regem a Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o princípio da autotutela permite à Administração Pública a revisão de seus atos, seja por vícios de legalidade (invalidação), seja por motivos de conveniência e oportunidade (revogação).
- (B) o princípio da segurança jurídica veda a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
- (C) o princípio da finalidade pública impõe que, no desempenho da função administrativa, para a realização de fins públicos, sejam adotados meios adequados, necessários e proporcionais.
- (D) o princípio da igualdade ou isonomia pode ser resumido na frase "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida das desigualdades".
- (E) o princípio da eficiência, inserido no texto constitucional pela Emenda nº 19/1998, exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza e rendimento funcional.

02. Segundo os parâmetros fixados na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que

- (A) a edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (B) os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- (C) a Administração Pública, em caso de risco iminente, poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, ouvindo previamente o interessado, que terá o prazo de 48 horas para se manifestar.
- (D) a decisão coordenada, no processo administrativo de licitação, não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
- (E) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 10 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

03. Acerca do tema "poderes administrativos", assinale a alternativa que contém afirmação **INCORRETA**.

- (A) Os atos praticados no exercício do poder de polícia administrativa são estritamente vinculados.
- (B) Poder de polícia é aquele conferido pela lei ao Estado para fiscalizar e dar cumprimento às restrições individuais impostas pelo Direito.
- (C) Dar ordens, fiscalizar o seu cumprimento, delegar e avocar atribuições constituem faculdades implícitas para o administrador, decorrentes do poder hierárquico.
- (D) Poder disciplinar é o instrumento disponibilizado à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos.
- (E) Abuso de poder é o gênero do qual são espécies o desvio de poder (quando o agente público, embora agindo dentro de sua competência, desvia-se dos fins previstos pelo legislador) e o excesso de poder (quando o agente público age fora dos limites de sua competência).

04. Considere as afirmações abaixo sobre os direitos políticos estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

- I - É condição de elegibilidade a idade mínima de 35 anos para Presidente da República, 30 anos para Governador de Estado e do Distrito Federal e 21 anos para Prefeito.
- II - A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- III - A perda ou a suspensão de direitos políticos dar-se-á nos casos de improbidade administrativa, de condenação criminal em segunda instância e de incapacidade civil absoluta.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

05. No que concerne ao processo legislativo disciplinado na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar

- (A) que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União ou aumento de sua remuneração.
- (B) que, se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 72 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- (C) que a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- (D) que a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- (E) que a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

06. No que concerne à fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal de 1988, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (C) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (D) os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (E) qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

07. Considerando as disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989, é correto afirmar que

- (A) a lei regulará a forma de participação dos servidores públicos no produto da arrecadação de multas, inclusive da dívida ativa.
- (B) o Estado manterá órgão ou entidade de assistência à saúde aos seus servidores e dependentes, que poderá, mediante a devida contrapartida, baseada em cálculo atuarial que assegure o equilíbrio financeiro, firmar contrato para a prestação de cobertura assistencial à saúde aos servidores, empregados ou filiados, e seus dependentes, das entidades de registro e fiscalização profissional, exceto as de natureza autárquica *sui generis*.
- (C) os servidores públicos e empregados da administração direta e indireta, quando assumirem cargo eletivo público, não poderão ser demitidos no período do registro de sua candidatura até 2 anos depois do término do mandato, nem ser transferidos do local de trabalho sem o seu consentimento.
- (D) aos representantes dos sindicatos e associações dos servidores da administração direta ou indireta, licenciados para o exercício de mandato classista, fica assegurada a remuneração do cargo, nela compreendida a vantagem vinculada ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão.
- (E) as promoções de grau a grau, nos cargos organizados em carreiras, ocorrerão em momento definido mediante juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, observados os limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal e a necessária previsão legal de cargo vago, produzindo efeitos a contar da respectiva publicação no *Diário Oficial do Estado*, vedada a retroação, ressalvados os casos de indenização por preterição, na forma da lei.

08. A Constituição Federal, em seu artigo 194, estabelece que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência, à assistência social e à

- (A) infância.
- (B) moradia.
- (C) saúde.
- (D) educação.
- (E) segurança.

09. O artigo 15 da Lei nº 8.213/1991 mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até

- (A) quatro meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- (B) quatro meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- (C) quatro meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- (D) seis meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- (E) seis meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

10. O Regime Geral de Previdência Social compreende várias prestações, inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços. Nesse contexto, quanto ao dependente, qual prestação é devida?

- (A) Auxílio-reclusão.
- (B) Auxílio-doença.
- (C) Auxílio-acidente.
- (D) Auxílio-creche.
- (E) Auxílio-família.

11. Segundo o artigo 5º da Lei nº 8.213/1991, compete aos órgãos governamentais, com antecedência mínima de 2 meses do seu envio ao Congresso Nacional, encaminhar a proposta orçamentária da Previdência Social, devidamente detalhada ao

- (A) Ministério do Planejamento e Orçamento (MPEO).
- (B) Ministério da Previdência Social (MPS).
- (C) Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).
- (D) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- (E) Tribunal de Contas da União (TCU).

12. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, **EXCETO**

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (D) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (E) proporcionalidade na forma de distribuição dos recursos.

13. De acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro, selecione a alternativa correta a respeito do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.

- (A) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica somente pode ser instaurado de ofício ou a pedido do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- (B) O Código de Processo Civil não se aplica à hipótese de desconconsideração inversa da personalidade jurídica.
- (C) Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.
- (D) O incidente de desconconsideração não é cabível na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- (E) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 20 dias.

14. De acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro, selecione a alternativa correta a respeito da tutela provisória.

- (A) Para a concessão da tutela de urgência, é obrigatório prestar caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.
- (B) Se o requerente da tutela de urgência for economicamente hipossuficiente, a caução deverá ser prestada por fundo específico gerido pelo Poder Judiciário.
- (C) A tutela de urgência de natureza antecipada pode ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (D) A tutela de urgência somente pode ser deferida após justificação prévia.
- (E) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito.

15. Assinale a alternativa correta sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- (A) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se deve decidir com base em valores jurídicos abstratos, ainda que considerando as consequências práticas da decisão.
- (B) A decisão que, na esfera administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deve indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.
- (C) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deve fundamentar expressamente a imposição aos sujeitos atingidos dos ônus ou perdas anormais ou excessivas.
- (D) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, independentemente de eventual prejuízo aos direitos dos administrados.
- (E) Na decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, é vedado considerar as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

16. No capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), denominado "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", tem-se o artigo 163, que, juntamente com a Lei nº 14.457, de 2022, determina que é obrigatória a constituição de uma comissão, em conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, nos estabelecimentos ou nos locais de obra especificadas nessas instruções, sendo que o Ministério do Trabalho e Previdência regulamenta as atribuições, a composição e o funcionamento de tais comissões. Qual é a nomenclatura correta e atual de tal comissão?

- (A) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- (B) Comissão de Conciliação Prévia.
- (C) Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.
- (D) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio.
- (E) Comissão Tripartite Paritária Permanente.

17. João, funcionário de uma empresa há cinco anos, exerce suas atividades como analista de sistemas. A empresa, visando à reestruturação interna, decide alterar unilateralmente a jornada de trabalho de João, aumentando de 40 para 44 horas semanais, sem a respectiva compensação salarial. Diante dessa situação, analise as seguintes afirmativas com base na legislação trabalhista brasileira.

- I - A alteração unilateral da jornada de trabalho, sem a devida compensação salarial, configura alteração nociva ao contrato de trabalho, sendo vedada pela legislação.
- II - João pode recusar a nova jornada de trabalho sem sofrer qualquer consequência, uma vez que a alteração imposta sem seu consentimento é considerada nula.
- III - Caso João não concorde com a alteração proposta, a empresa poderá rescindir o contrato de trabalho por justa causa, por considerar a recusa do empregado uma hipótese de mau procedimento.
- IV - A empresa, ao realizar essa alteração na jornada de trabalho, deve notificar formalmente João com antecedência mínima de 60 dias na forma da legislação vigente.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II, III e IV.

18. Quando, mesmo com o afastamento do empregado, a empresa permanece com a obrigação de efetuar os depósitos na conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do empregado?

- (A) Durante o período do afastamento previdenciário, por motivo de doença do empregado; a partir do 16º dia, porém, é o INSS que passa a pagar o benefício.
- (B) Durante o período do afastamento do empregado para cumprimento de encargo público obrigatório.
- (C) Durante o período de afastamento previdenciário, por motivo de acidente de trabalho típico do empregado; a partir do 16º dia, porém, é o INSS que passa a pagar o benefício.
- (D) Durante o período do afastamento do empregado para cumprir a punição oriunda de suspensão disciplinar.
- (E) Durante o período de afastamento do empregado por faltas injustificadas, situação na qual o empregado deixa de comparecer por um ou mais dias sem dar justificativa.

19. Ao longo do tempo, a jurisprudência e a doutrina também podem considerar outros elementos para caracterizar a relação de emprego, mas apenas quatro são descritos como sendo os pilares básicos da relação de emprego. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta característica clássica da relação de emprego reconhecida pela legislação brasileira.

- (A) Pessoaalidade.
- (B) Não eventualidade.
- (C) Subordinação.
- (D) Onerosidade.
- (E) Exclusividade.

20. João, funcionário de uma empresa privada, tem apresentado comportamentos que caracterizam a figura jurídica de ato de incontinência de conduta, prejudicando o bom funcionamento da empresa. Considerando essas condutas, a empresa apresentou um comunicado por escrito ao empregado. A empresa, no referido comunicado de rescisão por justa causa, descreveu a conduta do empregado, apontou a devida fundamentação legal e o conceito de ato de incontinência de conduta. Das alternativas abaixo, qual a que melhor descreve a figura jurídica de ato de incontinência de conduta?

- (A) Divulgar a terceiros segredos da empresa.
- (B) Ser relapso no ambiente de trabalho, chegando sistematicamente atrasado.
- (C) Ter comportamentos desvirtuados, de alguma forma, ligados à sexualidade.
- (D) Deixar de atender as ordens de seus superiores hierárquicos, tal qual se recusar a usar equipamento de proteção individual.
- (E) Praticar no ambiente de trabalho negociação habitual por conta própria.

21. O artigo 233-A da CLT estabelece que o dano extrapatrimonial seja apenas regulado pelo conteúdo constante na Consolidação das Leis Trabalhistas sob o Título DO DANO EXTRAPATRIMONIAL. Assim, assinale a alternativa que está **INCORRETA** com base na atual redação da CLT.

- (A) Causa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação.
- (B) É utilizado como um dos parâmetros para a indenização o último salário contratual do empregado e classificam-se as férias como base na gravidade do dano causado.
- (C) A honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física.
- (D) São responsáveis pelo dano extrapatrimonial todos os que tenham colaborado para a ofensa ao bem jurídico tutelado, na proporção da ação ou da omissão, desde que empregados da empresa.
- (E) A reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.

22. Os funcionários de um nosocômio ajuizaram uma ação buscando o pagamento do adicional de insalubridade, alegando que as condições de trabalho no ambiente hospitalar justificam o direito ao referido adicional. Analise as seguintes afirmativas com base na CLT.

- I - O adicional de insalubridade é devido quando as condições de trabalho expõem o empregado a agentes nocivos à sua saúde acima dos limites de tolerância estabelecidos em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- II - O adicional de insalubridade, quando devido, é calculado sobre o salário-base do empregado, incluindo, na base contábil, as gratificações, prêmios e participações nos lucros da base de cálculo.
- III - No caso específico de atividades em hospitais, o contato com pacientes é o único fator que pode justificar o pagamento do adicional de insalubridade.
- IV - A caracterização e classificação da insalubridade, bem como a adoção de medidas para neutralizar ou reduzir os riscos, são estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas IV.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II, III e IV.

23. João, ex-empregado da empresa Delta, ajuizou uma reclamação trabalhista postulando verbas rescisórias e adicional de periculosidade. A ação foi julgada integralmente procedente, sendo iniciada a fase de liquidação e execução. No decorrer da fase de execução, o exequente foi intimado para informar e indicar bens passíveis de penhora da parte executada. Mesmo devidamente intimado, a parte exequente se manteve silente. O processo ficou paralisado por longo período sem que houvesse movimentação processual pela parte exequente. Diante dessa situação, a empresa Delta requer a aplicação da prescrição intercorrente. Considerando a prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho, analise as seguintes afirmativas.

- I - A prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho ocorre quando o processo fica paralisado por mais de 2 anos, sendo que o prazo prescricional intercorrente se inicia quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
- II - A decretação da prescrição intercorrente depende exclusivamente de requerimento da parte interessada.
- III- A prescrição intercorrente pode ser aplicada somente no primeiro grau de jurisdição.
- IV- O juízo da Justiça do Trabalho pode decretar a prescrição intercorrente de ofício, independentemente de requerimento das partes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II, III e IV.

24. A empresa Delta, que tem mais de 200 empregados, pretende instituir uma Comissão de Representantes dos Empregados para facilitar a comunicação entre a direção da empresa e os trabalhadores. Com base nas disposições da CLT sobre a Comissão de Representantes dos Empregados, analise as seguintes afirmativas em relação às suas atribuições.

- I - Representa os empregados perante a administração da empresa.
- II - Promove o diálogo e o entendimento no ambiente de trabalho com o fim de prevenir conflitos.
- III- Encaminha reivindicações específicas dos empregados de seu âmbito de representação.
- IV- Busca soluções para os conflitos decorrentes da relação de trabalho, de forma rápida e eficaz, visando à efetiva aplicação das normas legais e contratuais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

25. Considerando os deveres dos sindicatos estabelecidos na legislação trabalhista brasileira, analise as seguintes afirmativas.

- I - Entre os deveres dos sindicatos, inclui-se o de colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.
- II - Os sindicatos não têm o dever de promover a conciliação nos dissídios individuais ou coletivos que envolvam a categoria que representam.
- III- Os sindicatos têm o dever de manter serviços de assistência judiciária para os associados.
- IV - Os sindicatos têm a obrigação de impor contribuições aos não associados, sem exigir autorização prévia e expressa destes, para financiar as atividades sindicais, sem conceder ao trabalhador não sindicalizado a faculdade de oposição.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) I, II, III e IV.

26. Pedro, empregado da empresa Alfa, está enfrentando condições de trabalho que configuram falta grave por parte do empregador, prejudicando sua saúde e segurança no ambiente laboral, além de estar recebendo os salários de forma atrasada. Considerando a possibilidade de rescisão indireta do contrato de trabalho, prevista na CLT, analise as seguintes afirmativas.

- I - A rescisão indireta do contrato de trabalho é uma faculdade do empregado que, ao identificar uma falta grave por parte do empregador, pode optar por encerrar o vínculo empregatício.
- II - A rescisão indireta é cabível quando o empregador deixa de cumprir obrigações contratuais, como pagamento de salários ou fornecimento de condições de trabalho seguras.
- III- O empregado que pretende rescindir indiretamente o contrato de trabalho deve, antes de ajuizar a reclamação trabalhista na forma da lei, comunicar por escrito ao empregador a falta grave cometida, caracterizando a figura jurídica da pretensão resistida.
- IV - A rescisão indireta confere ao empregado direito a todas as verbas rescisórias, incluindo exemplificativamente o aviso prévio indenizado, o 13º salário proporcional, caso tenha tempo hábil, e a multa de 40% sobre os depósitos da conta vinculada do FGTS.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

27. Maria, empregada da empresa Beta, percebeu que um colega do sexo masculino chamado João, que exercia as mesmas funções e tinha a mesma produtividade, recebia um salário superior ao dela. Diante dessa situação, Maria decide buscar equiparação salarial. Com base nas normas aplicáveis à equiparação salarial, analise as seguintes afirmativas.

- I - A equiparação salarial é possível entre empregados de sexos diferentes quando o trabalho for de igual valor.
- II - A equiparação salarial não é permitida entre empregados que exerçam as mesmas funções e tenham a mesma produtividade.
- III - A equiparação salarial só será concedida se a diferença de tempo de serviço entre os empregados, levando em consideração a data de sua admissão, for inferior a dois anos.
- IV - A equiparação salarial pode ser pleiteada a qualquer tempo durante o contrato de trabalho ou até dois anos após a sua extinção.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II, III e IV.

28. João era sócio de uma empresa que atuava no ramo de construção civil. Após alguns anos de participação na sociedade, João decide se retirar da empresa e formaliza sua saída de acordo com as disposições legais. No entanto, alguns meses após sua retirada, um ex-funcionário da empresa ajuíza uma reclamação trabalhista alegando direitos trabalhistas não quitados durante o período em que João ainda era sócio. Considerando a situação descrita, responda: o sócio retirante, como João, pode ser responsabilizado por obrigações trabalhistas da empresa após sua retirada?

- (A) Não, pois sua retirada implica automaticamente a isenção de responsabilidades.
- (B) Sim, a responsabilidade do sócio retirante segue a seguinte ordem de preferência: os sócios atuais, os sócios retirantes e, por fim, a empresa devedora.
- (C) Sim, o sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- (D) Não, a responsabilidade é exclusivamente da empresa, independentemente da participação do sócio retirante.
- (E) Sim, o sócio retirante responderá subsidiariamente com os demais sócios quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

29. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma legal. Há, na Justiça do Trabalho, a vedação do pagamento denominado complessivo. Qual dos regramentos abaixo melhor se enquadra sob a proibição do pagamento na forma complessiva?

- (A) O pagamento a que fizer jus o empregado na ocasião da sua rescisão contratual será efetuado em dinheiro ou depósito bancário quando o empregado for analfabeto.
- (B) O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou a forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.
- (C) A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes, bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação, deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.
- (D) Qualquer compensação no pagamento na rescisão contratual não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.
- (E) O pagamento através de Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia.

30. Ana e sua empresa, ABC Ltda., decidiram encerrar o contrato de trabalho de forma consensual, optando pela rescisão contratual por mútuo acordo. Considerando essa situação, responda: quais são as características da rescisão contratual por mútuo acordo?

- (A) É uma iniciativa exclusiva do empregador.
- (B) Pode ser feita unilateralmente pelo empregado.
- (C) É um pacto recíproco entre empregador e empregado, no qual as verbas rescisórias são quitadas integralmente, com exceção apenas da multa de 40% sobre o saldo do FGTS, que é excluída.
- (D) Consiste em um pacto recíproco entre empregador e empregado, no qual as verbas rescisórias são integralmente quitadas, havendo exclusão apenas do pagamento do aviso prévio quando indenizado.
- (E) É um acordo bilateral entre empregador e empregado, sendo nesse caso devidas as seguintes verbas trabalhistas: metade dos valores do aviso prévio, se indenizado, indenização de 40% de multa sobre o saldo do FGTS e, integralmente, as demais verbas trabalhistas.

31. Após uma decisão desfavorável proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), a empresa XYZ Ltda. pretende interpor um recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), buscando reverter a decisão e obter um novo julgamento. Analise as seguintes afirmativas sobre o recurso de revista com base na CLT.

- I - O recurso de revista é uma espécie de recurso extraordinário, sendo cabível apenas para discutir matéria constitucional.
- II - O recurso de revista é uma das modalidades de recursos previstas na CLT, cabível contra decisões de Tribunais Regionais do Trabalho que contrariem a legislação federal ou a Constituição Federal.
- III- O prazo para interposição do recurso de revista é de 15 dias, contados a partir da publicação da decisão do Tribunal Regional do Trabalho.
- IV- A admissibilidade do recurso de revista é analisada pelo próprio Tribunal Regional do Trabalho, que pode conceder ou denegar seguimento ao recurso.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

32. João, empregado da empresa Alfa, ajuizou uma reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho, buscando o reconhecimento de verbas rescisórias não pagas pela empresa. Diante dessa situação, analise as seguintes afirmativas relacionadas ao rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho.

- I - O rito sumaríssimo é aplicável apenas em casos de ações trabalhistas que envolvam valores que não excedam a quarenta vezes o salário-mínimo nacional vigente na data do ajuizamento da reclamação trabalhista.
- II - No rito sumaríssimo, não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
- III- Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- IV- O rito sumaríssimo visa a dar celeridade ao processo, sendo caracterizado por uma tramitação mais rápida e simplificada em comparação ao rito ordinário.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

33. João, empregado da empresa Gama, está insatisfeito com uma decisão interlocutória proferida pelo juiz de primeiro grau em sua ação trabalhista que indeferiu a sua reintegração ao emprego em tutela de urgência. Ele pretende impetrar um mandado de segurança para questionar essa decisão específica. Com base na possibilidade de impetrar mandado de segurança contra decisão interlocutória na Justiça do Trabalho, analise as seguintes afirmativas.

- I - O mandado de segurança é cabível contra decisão interlocutória proferida pelo juiz de primeiro grau na esfera trabalhista que indeferiu o seu pleito de reintegração de emprego em tutela de urgência.
- II - O mandado de segurança é um remédio constitucional que visa a proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- III- A decisão interlocutória, por ser de natureza provisória, não pode ser objeto de impetração de mandado de segurança.
- IV- O prazo para impetração do mandado de segurança, a contar da ciência do ato que se pretende coibir, é de 120 dias.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

34. João, empregado dotado de estabilidade absoluta em uma empresa, é alvo de um inquérito de apuração de falta grave em decorrência de condutas questionáveis no ambiente de trabalho. Analise as seguintes afirmativas sobre o inquérito de apuração de falta grave.

- I - O inquérito de apuração de falta grave é um procedimento extrajudicial que ocorre antes de aplicar a penalidade de rescisão por justa causa, permitindo ao empregador investigar a conduta inadequada do empregado e reunir provas sobre ela.
- II - A contagem do prazo prescricional de 30 dias para o empregador iniciar o procedimento junto à Justiça do Trabalho para apurar falta grave, por meio do ajuizamento do inquérito, tem início a partir do momento em que ocorre a suspensão facultativa do empregado estável. Durante esse período, o trabalhador não recebe remuneração e está afastado do local de trabalho.
- III- Com a sentença de mérito julgando procedente a pretensão do empregador no inquérito de apuração de falta grave e reconhecendo a prática de falta grave pelo empregador estável, rescinde-se o contrato de trabalho do empregado por justa causa.
- IV- O inquérito de apuração de falta grave é uma prática comum, mas não possui respaldo legal na legislação trabalhista brasileira.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

35. Maria, uma trabalhadora, ajuizou uma reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho buscando seus direitos. Entre os direitos requeridos, estão a multa do artigo 477 da CLT, multa do artigo 467 da CLT e ainda diferenças de verbas rescisórias. A parte adversa apresentou a sua resposta, e, da sentença ao término da instrução, ambas as partes apresentaram o seu recurso ordinário. Da decisão proferida pelo TRT, uma das partes ingressou com o devido recurso de revista. Já na fase de execução, houve a devida irresignação pela parte executada. Assim, analise as seguintes afirmativas sobre os prazos aplicáveis ao processo trabalhista.

- I - A CLT não prevê expressamente qualquer prazo legal para a parte adversa apresentar a sua contestação.
- II - O prazo para interposição de recurso ordinário pelas partes insatisfeitas com a decisão da primeira instância é de 8 dias.
- III- O prazo para interposição de recurso de revista ao TST, em casos específicos, é de 15 dias.
- IV - O prazo para a empresa interpor embargos após a homologação judicial é de 10 dias, sendo o seu início marcado pela garantia do juízo pela empresa.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

36. Maria, que reside na cidade A, ingressou com uma reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, situada na cidade B. A atividade laboral desempenhada por Maria ocorreu na sede da empresa, localizada na cidade D. No momento da celebração do contrato de trabalho, as partes estipularam um foro de eleição na cidade C. Na mencionada ação trabalhista, Maria busca o pagamento de verbas rescisórias e adicional de insalubridade em grau máximo. Diante da questão de competência territorial na Justiça do Trabalho e conforme estabelecido na CLT e nas normas pertinentes à competência territorial, qual é o critério predominante para determinar a competência territorial na propositura da reclamação trabalhista?

- (A) Residência do empregado.
- (B) Local da prestação de serviços.
- (C) Endereço onde está registrado o CNPJ da matriz da empresa.
- (D) Livre escolha do trabalhador.
- (E) Foro de eleição, conforme fixado expressamente no contrato de trabalho.

37. Paulo, ex-empregado de uma empresa, propôs uma ação trabalhista buscando o reconhecimento de direitos não pagos. Iniciou-se o processo com a reclamação trabalhista, na qual Paulo detalhou suas reivindicações. A empresa, por sua vez, apresentou defesa, dando início a uma série de audiências e diligências. Após as etapas de instrução, o juiz proferiu a sentença. Ambas as partes, insatisfeitas com a decisão, interpuseram recursos, estendendo o processo até o trânsito em julgado. Com o trânsito em julgado da decisão na fase de conhecimento, tem-se o início da fase de liquidação e execução. Assim, analise as seguintes afirmativas sobre a fase de liquidação e execução no processo trabalhista.

- I - As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.
- II - Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
- III- Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- IV - Elaborada a conta e a tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores que são objeto da discordância, sob pena de preclusão.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

38. Maria, ex-empregada da empresa XYZ, ingressou com uma ação trabalhista requerendo exclusivamente diferenças do FGTS e jornada extraordinária prestada, mas impagas. A empresa XYZ contestou, alegando que todos os valores do FGTS estão depositados na conta vinculada da parte autora e nega a prestação da realização de qualquer hora extraordinária. Considerando as regras do ônus da prova no Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O ônus da prova em relação aos depósitos do FGTS é da empresa XYZ; já em relação às horas extraordinárias, o ônus probatório é de Maria.
- (B) O ônus da prova em relação aos depósitos do FGTS é de Maria; já em relação às horas extraordinárias, o ônus probatório é da empresa XYZ.
- (C) Todo o ônus probatório recai sobre Maria.
- (D) Todo o ônus probatório recai sobre a empresa XYZ.
- (E) O ônus da prova será decidido na ocasião da audiência de instrução e julgamento, considerando a argumentação dos seus procuradores.

39. João, empregado, teve sua reclamação trabalhista julgada desfavoravelmente na segunda instância. Insatisfeito com a decisão, João deseja interpor recurso de revista ao TST. Assim, analise as seguintes afirmativas sobre o recurso de revista no processo trabalhista.

- I - O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- II - Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, cabendo agravo dessa decisão para o colegiado.
- III- No recurso de revista, é possível rediscutir matérias de fato se a matéria trazida na presente fase recursal for oriunda de uma argumentação inovadora.
- IV - O recurso de revista é o recurso interposto para Turma do TST das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, e, em dissídio individual, pelos TRTs.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

40. Paulo e Ana, empregado e empregadora, respectivamente, celebraram um acordo extrajudicial para encerrar um litígio trabalhista. O acordo foi apresentado à Justiça do Trabalho e homologado pelo juiz. Considerando o cenário descrito, assinale a afirmativa correta sobre o acordo judicial homologado na Justiça do Trabalho.

- (A) No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- (B) No termo de acordo, não é possível discriminar parcelas de caráter remuneratório e indenizatório, devendo ao juiz que homologa o acordo apontar a valoração de cada parcela.
- (C) O acordo é voluntário, revogável a qualquer momento, e sua homologação depende de aprovação prévia do Ministério Público do Trabalho.
- (D) Considerando a vontade entre as partes devidamente representadas por procuradores distintos, o juízo sempre deve homologar o acordo apresentado.
- (E) No acordo, independentemente do seu valor, em face da homologação judicial, não é necessária a intimação da União.